

I CONGRESO IBEROAMERICANO DE DOCENTES

CONGRESO VIRTUAL DEL 26 NOVIEMBRE AL 08 DICIEMBRE DE 2018

ALGECIRAS (CÁDIZ) DEL 06 AL 08 DICIEMBRE DE 2018

Actas del Congreso Iberoamericano de Docentes

Educação Infantil pós-LDB nº 9.394/96: orientações
curriculares para creches e pré-escolas brasileiras

Maévi Anabel Nono

ISBN: 978-84-948417-0-5

Edita **Asociación Formación IB.**

Coordinación editorial: **Joaquín Asenjo Pérez, Óscar Macías Álvarez, Patricia Ávalo Ortega y Yoel Yucra Beisaga**

Año de edición: **2018**

Presidente del Comité Científico: **César Bernal.**

El I Congreso Iberoamericano de Docentes se ha celebrado organizado conjuntamente por la Universidad de Cádiz y la Asociación Formación IB con el apoyo del Ayuntamiento de Algeciras y la Asociación Diverciencia entre otras instituciones.

<http://congreso.formacionib.org>



red
iberoamericana
de docentes



formaciónib))

Educação Infantil pós-LDB nº 9.394/96: orientações curriculares para creches e pré-escolas brasileiras

Maévi Anabel Nono

Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, SP, Brasil, Programa de Pós-Graduação Ensino e Processos Formativos
maevinono@gmail.com

Definida como primeira etapa da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a Educação Infantil sofre importantes alterações no Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, as quais determinaram a necessidade de novas orientações curriculares para essa etapa da Educação Básica. Neste estudo, tais orientações são focalizadas, indicando-se aquelas provenientes do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Ministério da Educação (MEC) e também de algumas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, realizado no ano de 2014, por meio do qual buscou-se, inicialmente, a partir de buscas realizadas nos sites do CNE e do MEC, realizar um levantamento de legislações e documentações em nível federal com orientações curriculares para definição das propostas pedagógicas de creches e pré-escolas brasileiras. Em seguida, por meio de site de busca, usando o termo “orientacao curricular para educacao infantil”, foi realizado um levantamento de orientações estaduais e municipais para escolas de Educação Infantil definidas pós-LDB 9.394/96. Os levantamentos realizados indicaram um número expressivo de orientações curriculares definidas em âmbito federal, estadual e municipal no Brasil. A partir desse levantamento, foram selecionadas para análise, além das orientações federais, aquelas de um Estado e de 10 municípios brasileiros de diferentes regiões do país.

Na Constituição, o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos” é determinado no artº 8, inciso IV, como dever do Estado com a educação. Em 2006, com a Emenda Constitucional nº 53, altera-se tal inciso que passa a vigorar como sendo dever do Estado a “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. Mais recentemente, em 2009, a Emenda Constitucional nº 59 torna obrigatória a matrícula na Educação Infantil das crianças aos 4 anos de idade, ao determinar: “Art. 208. I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade”.

Ainda no que se refere à legislação, são instituídas, no Brasil, em 1999, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs – Resolução CNE/CEB nº 1/1999), de caráter mandatório, a serem observadas na elaboração das propostas pedagógicas de cada escola. Entretanto, conforme aponta Correa (2011) “[...] a resolução que aprovou tais diretrizes teve pouquíssimo impacto sobre a organização do trabalho nas creches e pré-escolas brasileiras, na maioria dos casos, totalmente desconhecidas” (p. 22).

Tais Diretrizes foram revogadas pela Resolução CNE/CBE nº 5/2009 que fixou novas diretrizes para essa etapa da Educação Básica. Por meio de tal Resolução, define-se a função sociopolítica e pedagógica das instituições de Educação Infantil, trata-se da concepção de currículo da Educação Infantil, indica-se a concepção de criança que deve fundamentar o trabalho realizado nas creches e pré-escolas, estabelecem-se princípios que devem ser respeitados na elaboração das propostas pedagógicas e objetivos que devem nortear esse documento, apontam-se o sentido e as possíveis formas do acompanhamento do trabalho pedagógico e da avaliação do desenvolvimento infantil de crianças de 0 a 5 anos.

Buscando contribuir para a disseminação de tais Diretrizes, o MEC elaborou uma publicação (BRASIL, 2010) em que a Resolução que as define é apresentada de forma sistematizada em 15 seções. Na seção 1 são descritos os objetivos da norma a que se refere a publicação, com destaque para a articulação dela com as Diretrizes Curriculares

Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e com a legislação estadual e municipal relativas ao assunto. Na seção 2, as definições de Educação Infantil, criança, currículo e proposta pedagógica adotadas na Resolução são descritas, entendida a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

Outros aspectos relativos a Educação Infantil normatizados pela referida Resolução são abordados nas demais seções do documento, entre os quais, princípios éticos, políticos e estéticos que devem nortear as propostas pedagógicas das creches e pré-escolas; organização do tempo, espaço e materiais nesses estabelecimentos; diversas experiências que devem ser proporcionadas às crianças de 0 a 5 anos a partir de práticas pedagógicas que tenham como eixos norteadores as interações e brincadeiras; avaliação na Educação Infantil.

Oliveira (2010) esclarece que

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) foram elaboradas a partir de ampla escuta a educadores, movimentos sociais, pesquisadores e professores universitários, que expuseram suas preocupações e anseios em relação à Educação Infantil, considerando já haver conhecimento consistente acerca do que pode fundamentar um bom trabalho junto às crianças. Elas destacam a necessidade de estruturar e organizar ações educativas com qualidade, articulada com a valorização do papel dos professores que atuam junto às crianças de 0 a 5 anos. Esses são desafiados a construir propostas pedagógicas que, no cotidiano de creches e pré-escolas, deem voz às crianças e acolham a forma delas significarem o mundo e a si mesmas (p. 1).

Orientações curriculares para a Educação Infantil também foram sistematizadas, ao longo das décadas pós-Constituição Federal de 1988, por meio de documentos organizados pelo MEC e por alguns municípios e estados. A Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto/SP, por exemplo, publicou o “Referencial Curricular de Educação Infantil” (2004). De acordo com o documento,

O atendimento, hoje, prioriza o cuidado e a educação das crianças em ações educativas integradas. Como cidadãs, são consideradas sujeitos, com direito a serem cuidadas, educadas, a brincar, a aprender, a se desenvolver com harmonia e felicidade. Por isso, nossas escolas irão oportunizar situações educativas intencionais e planejadas pelo professor para que as crianças possam desenvolver-se com alegria, viver experiências positivas e prazerosas, com base nos seguintes princípios educativos: o estabelecimento de vínculos afetivos; a construção de uma auto-imagem positiva; a descoberta do próprio corpo, potencialidades e limites; o desenvolvimento de hábitos de cuidados; a construção de valores e regras de convivência visando a autonomia e a socialização; a manifestação e expressão de sentimentos e pensamentos nas diversas linguagens: corporal, musical, plástica, oral, escrita; o conhecimento e valorização da própria cultura e de diferentes culturas; o desenvolvimento da cidadania e consciência sobre o meio ambiente; a interação com histórias, jogos, danças, músicas, faz-de-conta e brincadeiras (p. 7-8).

A Secretaria de Educação do Estado do Ceará publicou o documento “Orientações Curriculares para a Educação Infantil” (2011) elaborado a partir das DCNEIs:

O objetivo e expectativa maior é de que esse documento chegue às mãos de diretoras(es), coordenadoras(es) e professoras(es), e se transforme em fonte viva de consulta e orientação para a construção das propostas pedagógicas direcionadas ao pleno desenvolvimento das crianças cearenses. A intenção é estabelecer com as(os) professoras(es) um diálogo claro, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, para expandir a compreensão de todos acerca de seus conceitos e fundamentos, e favorecer a sua incorporação no cotidiano de cada sala de aula, tendo como base planos e rotinas, metodologias, atividades e materiais (p. 7).

A Secretaria Municipal de Educação de Maringá/PR elaborou o documento “Currículo da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”. Publicado em 2012, nele são apresentados conteúdos estruturantes, conteúdos específicos e objetivos específicos a serem trabalhados nas creches e pré-escolas da Rede Municipal de Educação do município. De acordo com o explicitado no referido documento:

[...] este Currículo está organizado, primeiramente, a partir das exigências postas por legislações e políticas educacionais que permeiam o processo educativo em âmbito nacional, estadual e municipal, considerando que é por meio da fundamentação legal que se faz a organização escolar e se esclarece a função sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil, como também, a fundamentação teórico-metodológica em que se explicita a concepção do cuidar e educar, da afetividade e do papel dos mediadores do conhecimento no processo educativo inclusivo, para as crianças de zero a cinco anos de idade, independentemente de suas condições físicas, mentais, psicológicas, culturais e/ou sociais (MARINGÁ, 2012, p. 76).

Outros estados e municípios também organizaram orientações curriculares para nortear o trabalho desenvolvido nas escolas de Educação Infantil e a elaboração das propostas pedagógicas pelas equipes de profissionais desses estabelecimentos. Entre os diversos documentos publicados, temos, como exemplo, “Referencial Curricular para a Educação Infantil” (PASSO FUNDO, 2008), “Orientações curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas para Educação Infantil” (SÃO PAULO, 2007), “Proposta pedagógica curricular: Educação Infantil” (PINHAIS, 2010), “Proposta curricular: Educação Infantil” (PATOS DE MINAS, 2005/2008), “Proposta curricular: Educação Infantil de 4 a 5 anos” (JUNDIAÍ, 2011), “Orientações curriculares para a Educação Infantil” (RIO DE JANEIRO, 2010), “Proposta pedagógica para a Educação Infantil de Otacilio Costa” (OTACÍLIO COSTA, s/d), “Guia de orientações e matriz curricular da Educação Infantil 2ª Etapa 4 e 5 anos” (FLORES DE GOIÁS, 2014).

O MEC também publicou uma série de documentos com orientações curriculares para a Educação Infantil. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) é um dos documentos orientadores do trabalho a ser desenvolvido nas creches e pré-escolas, com apresentação de objetivos e conteúdos a serem trabalhados nessa etapa e com orientações didáticas e relativas à avaliação do desenvolvimento da criança. O RCNEI foi organizado em 3 volumes, sendo o primeiro um documento Introdução, com discussões gerais sobre os fundamentos da Educação Infantil, e os outros 2 volumes relacionados aos âmbitos de experiência a serem trabalhados nas creches e pré-escolas: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo. A tais âmbitos correspondem eixos de trabalho: Identidade e Autonomia (relacionado ao âmbito da Formação Pessoal e Social) e Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem

Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática (relacionados ao âmbito Conhecimento de Mundo).

Outros documentos são publicados pelo MEC com o objetivo de subsidiar as práticas nas escolas de Educação Infantil: Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006a), Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação (BRASIL, 2006b), Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009).

É fundamental que tais orientações difundidas pelas Secretarias Estaduais e Municipais e pelo MEC encontrem, nas creches e pré-escolas espalhadas pelo Brasil, tempo e espaço para serem discutidas e analisadas a partir das realidades locais, tão diversas, de modo que possam contribuir para o estabelecimento de práticas de educação e de cuidados de fato voltadas para o desenvolvimento integral das crianças pequenas ali matriculadas.

Referências

BRASIL (1998). Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF.

____ (2006a). Ministério da Educação. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB.

____ (2006b). Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação*. Brasília: MEC/SEB.

____ (2009). Ministério da Educação. *Indicadores da qualidade na Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB.

____ (2010). Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB.

CAMPOS, M. M. y ROSEMBERG, F. (2009). *Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças*. Brasília: MEC/SEB.

CEARÁ (2011). Secretaria de Educação. *Orientações Curriculares para a Educação Infantil*. Fortaleza: SEDUC.

CORREA, B. C. (2011). Políticas de educação infantil no Brasil: ensaio sobre os desafios para a concretização de um direito. *Jornal de políticas educacionais*, nº 9, 20-29.

FLORES DE GOIÁS (2014). Conselho Municipal de Educação. *Guia de orientações e matriz curricular da Educação Infantil 2ª Etapa 4 e 5 anos*. Flores de Goiás, GO: CME.

JUNDIAÍ (2011). Secretaria Municipal de Educação. *Proposta curricular: Educação Infantil de 4 a 5 anos*. Jundiaí, SP: SME.

KRAMER, S. (2006). As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, 797-818.

MARINGÁ (2012). Secretaria Municipal de Educação. *Currículo da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Maringá, PR: SME.

OTACÍLIO COSTA (s/d). Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Proposta pedagógica para a Educação Infantil de Otacílio Costa*. Otacílio Costa: SMEC.

OLIVEIRA, Z. M. R. (2010). O currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? *Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais*. Belo Horizonte, 1-14.

PASSO FUNDO (2008). Secretaria Municipal de Educação. *Referencial Curricular para a Educação Infantil*. Passo Fundo, RS: SME.

PATOS DE MINAS (2005/2008). Secretaria Municipal de Educação. *Proposta curricular: Educação Infantil*. Patos de Minas, MG: SME.

PINHAIS (2010). Secretaria Municipal de Educação. *Proposta pedagógica curricular: Educação Infantil*. Pinhais, PR: SEMED.

RIO DE JANEIRO (2010). Secretaria Municipal de Educação. *Orientações curriculares para a Educação Infantil*. Rio de Janeiro, RJ: SME.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (2004). Secretaria Municipal da Educação. *Referencial Curricular de Educação Infantil*. São José do Rio Preto, SP: SME.

SÃO PAULO (2007). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Orientações curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas para Educação Infantil*. São Paulo: SME/DOT.